



Número: **0001014-66.2015.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **08/09/2015**

Valor da causa: **R\$ 2.700,00**

Assuntos: **Indenização por Dano Material**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE WENDEL BATISTA SILVA (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
25078402	07/10/2019 14:15	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
31458408	10/06/2020 19:06	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório



TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

02

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA

0001014-66.2015.815.0271



Recebido hoje, sob protocolo

06/08/2015

MM

JOSÉ WENDEL BATISTA SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Carteira de Identidade nº 3.873.703SSP/PB e do CPF nº 118.650.174-00, residente e domiciliado no Sítio Lagoa Cercada, s/n, Picuí– PB, residindo atualmente com seu pai, conforme comprovante anexo, vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, o promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior

1

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

03
OUTO

Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

DOS FATOS

Cumprе ressaltar inicialmente que no dia 28/08/2013, por volta das 12h50min, o requerente foi vítima de acidente de trânsito, quando trafegava em uma motocicleta Honda, quando nas proximidades do Sítio Gamelas, zona rural de Cuité, perdeu o controle da motocicleta e consequentemente caiu ao solo. Deste modo, devido ao sinistro, o autor permaneceu lesionado gravemente **em dois dedos da mão**, além de ter sofrido também várias escoriações.

Frisa-se, que segundo o Boletim de Ocorrência nº. 59/2015 expedido pela Delegacia de Polícia Civil do Município de Cuité/PB, o requerente no momento do acidente pilotava uma moto Honda CG 125, cor vermelha, ano/mod 1985/1985, placa MNS-1158-PB, chassi CG125BR1409495, licenciada em nome de Aluizio Pimentel de Araújo.

Também informa a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido pela ambulância do Hospital de Nova Floresta, porém devido a gravidade dos Ferimentos foi encaminhado para o Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, em Campina Grande, onde foi submetido a tratamento médico cirúrgico e permaneceu internado, tendo ficado incapacitado para as suas ocupações habituais por mais de trinta dias.

Portanto, desse sinistro o requerente permaneceu inválido permanentemente, conforme denuncia o atestado em anexo.

Logo, nos leva a concluir pela invalidez permanente da mesma, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

OK
RM

integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;

e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é prenunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

03
010

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente**, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Civ. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

*6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovisionamento da apelação. Manutenção da sentença. **Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do***





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

06/10/2019

dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito da autora em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro da requerente ter acontecido no ano de 2013, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pela autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

07
2019

por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

ANEXO
(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

08
10/10

Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas em dois dedos da mão (20% - vinte por cento)**, o que perfaz o percentual correspondente aos 20% (vinte por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**, referente a sua perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

09
2019

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)"

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA.





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

JO
OTM

TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora.

2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

11/10/19

e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastante a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

12
000

Logo, está satisfeito ao promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

III - DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pelo promovente **em dois dedos da mão**, ou seja, vinte por cento de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 221, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.

g. Seja o autor submetido à perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

13
RM


e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis.

Dá-se à causa o valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Nesses Termos,
pede deferimento.

Picuí – PB, 27 de julho de 2015.


NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB/PB 13.220





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

121
km

Anexo 01

QUESITOS

- 1) *Se existe nexo causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*
- 2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*
- 3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*
- 4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*
- 5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: “75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais”.*

Anexo 02

13

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

13/07/2019

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	Percentuais das Perdas
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

16/10/19

PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante José Wendel Batista Silva
brasileiro, Solteiro, Agricultor, portador (a) do RG nº
3.873.703 expedido por SSP/PB e CPF nº 118.650.174-00, residente e
domiciliado(a) na(o) Sítio Lagoa Cercada
nº 514, Bairro Zona rural, Cidade Picuí UF PB, pelo presente
instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procuradores e
advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS – OAB/PB 13.220** e **DIJANIELLYESON
MONTEIRO NOBREGA – OAB/PB 17068**, brasileiros, casados, advogados, com endereço
profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, nº 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala “E”,
Pedro Salustino, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o foro em
geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras
e últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal,
repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem
como substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 02 de Julho de 2015.

José Wendel Batista Silva
Outorgante



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P. 900

Jose Wendel Batista Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.873.703 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/07/2010

NOME JOSÉ WENDEL BATISTA SILVA

FILIAÇÃO JOSÉ DOS SANTOS SILVA
MARIA DAS DORES BATISTA

NATURALIDADE NOVA FLORESTA-PB DATA DE NASCIMENTO 05/07/1996

DOC. ORIGEM NASC.N.9568-RLS.262V LIV.A9

CPR CARTÓRIO NOVA FLORESTA-PB

João Pessoa - PB ASSINATURA DO DIRETOR

ARRELA Nº 116 DE 28/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

 **Receita Federal**
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
118.650.174-00

Nome
JOSÉ WENDEL BATISTA SILVA

Nascimento
05/07/1996

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
28A6.507E.3C8D.0E54

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

as 09:49:08 do dia 22/08/2012 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00



JOSE DOS SANTOS SILVA
SIT LAGOA CERCADA, S/N - AREA RURAL
PICUI/PB CEP: 58167000 (AG: 80)

Classificação: RURAL/AGROPECUÁRIA RURAL MONOFÁSICO
Rotômetro: 4 - 80 - 595 - 1640
Número do medidor: 00001173137

Referência: Jul/2015
Emissão: 09/07/2015

energisa

ENERGISA PARAIBA: DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
R: 230, Km 25 - Distrito de Jandaíra - João Pessoa/PB - CEP: 58071-680
CNPJ: 09.056.102/0001-40 - Insc. Est. 15.015.223-0
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.271.389
Código para Débito Automático: 000.12273884

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

13aio 199f 7doc 1a42 c52d 51ed a802 cb66

Conta referente a CDC (Código do Consumidor): 5/1227388-4

Jul / 2015

Canal de contato

Apresentação

TRABALHO INFANTIL, DEIXAR DE ESTUDAR E UM DOS RISCOS

08/07/2015

Data prevista da próxima leitura

10/06/2015

CPF/ CNPJ/ RANI
6512774435

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data: 08/05/15 Leitura: 7430	Data: 06/07/15 Leitura: 7469	1	66	29

Faturas em atraso

16/06/2015 32,38
15/05/2015 30,31

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	66	0,26431	22,92
Adic. B. Vermelha			4,89
IMPOSTOS E ENCARGOS			
PIS			0,35
COFINS			1,84
CONTRIBUIÇÃO LUM PÚBLICA			3,13
ICMS (ISENTO)			

Histórico de Consumo (kWh)

Jun/15 81
Mai/15 72
Abr/15 82
Mar/15 94
Fev/15 86
Jan/15 101
Dez/14 77
Nov/14 94
Out/14 86
Set/14 86
Ago/14 91
Jul/14 91

Média dos últimos meses
80 kWh

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

15/07/2015

R\$ 32,64

Indicadores de Qualidade 5/2015 - Q4

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	11,29	7,74	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	22,32		
DIC ANUAL	44,65		
PIC MENSAL	7,80	4,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 201 LIMITE SUPERIOR 231
PIC TRIMESTRAL	15,64		
PIC ANUAL	31,29		
Q4	6,09	3,66	
Q4	16,80		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. da Energia PB	10,87	33,30
Consumo de Energia	12,20	40,15
Serviço de Transmissão	6,52	20,00
Encargos Setoriais	2,43	7,44
Impostos, Orib. e Encargos	6,12	18,89
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	32,64	100,00

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição (Ref: 5/2015) R\$ 10,40

ATENÇÃO

-REAVISO: Caso a(s) fatura(s) acima citada(s) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 23/07/2015. Conforme Resolução 414/ANEEL, o pagamento após esse prazo não elimina a possibilidade de suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado e/ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para compensação. Caso essas faturas estejam pagas, desproporcionais em relação ao consumo. ESTE PRAZO NÃO VALE PARA AS FATURAS JÁ REAVISADAS, para estas a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga. Fatura sujeita a incidência em regime de proteção ao crédito no caso de inadimplência. Sua unidade foi faturada com desconto, conforme Decreto nº 7.881, de R\$ 11,15

PARAIBA

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

Rotômetro: 4 - 80 - 595 - 1640
Matrícula: 1227388-2015-07-5

15/07/2015

R\$ 32,64

83600000000-7 32640054000-0 12273882015-0 07500800019-4



Assinado eletronicamente por: MARIA JOSE RODRIGUES - 07/10/2019 14:14:49

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910071415530000000024261578

Número do documento: 1910071415530000000024261578

Num. 25078402 - Pág. 17

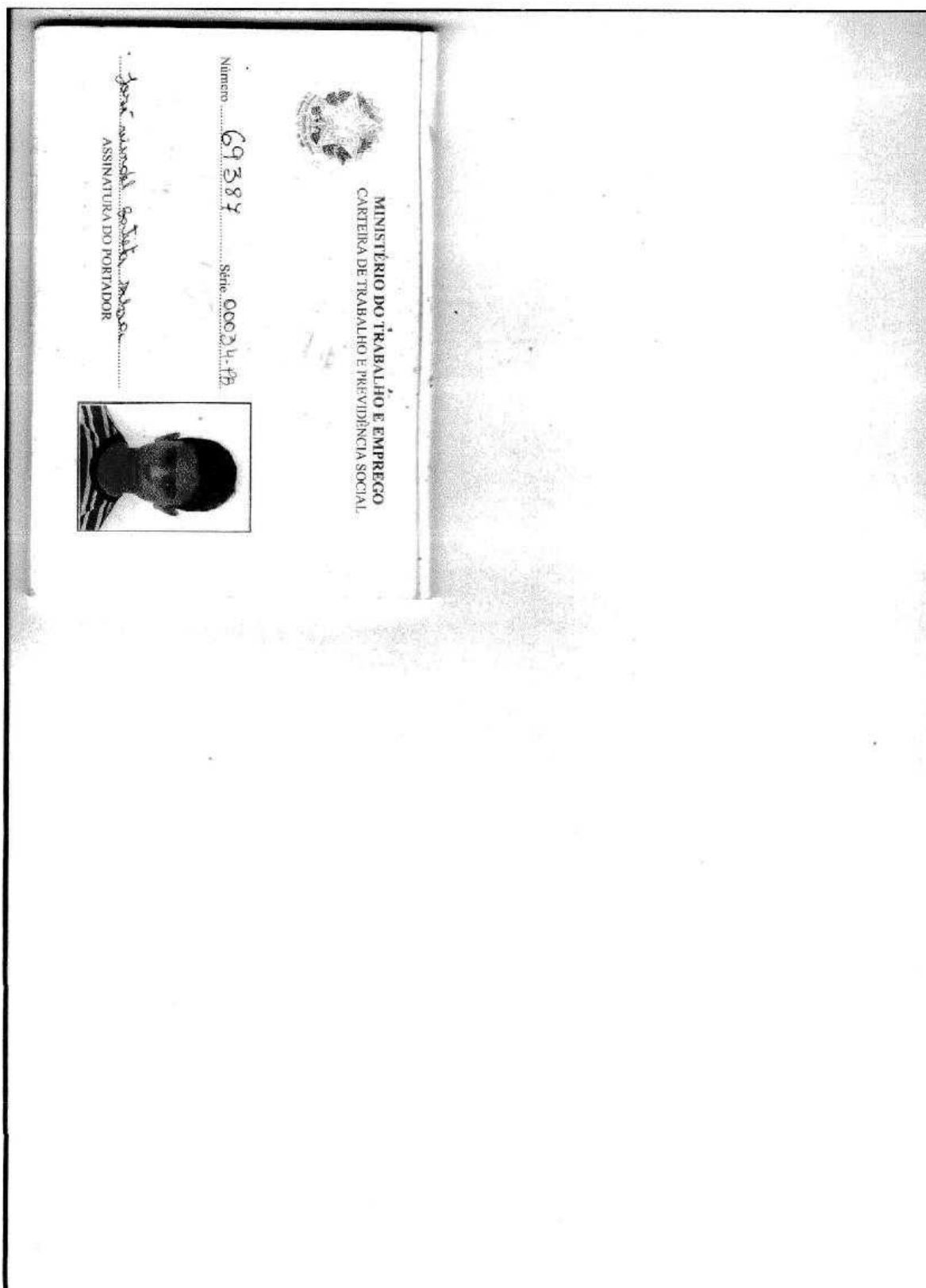
19

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Dosei Mendel Batiste Silva
DECLARANTE

LEI Nº 1.162, DE 29 DE AGOSTO DE 1983
DOU Nº 162, 30/8/83
Dispõe sobre a prova documental nos casos que indica e dá outras providências.
O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1.ª A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando
firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.
Art. 2.ª A declaração falsa é punida, segundo se dá o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação
aplicável.
Art. 3.ª A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.
Art. 4.ª A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.ª As disposições em contrário.
Brasília, 29 de agosto de 1983; 162ª da Independência e 95ª da República.
Fulgencio Ribeiro de Almeida
Presidente da República
F. de Oliveira Brito
Vice-Presidente da República





06/08/2015 09:10



12/12/12

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome: José Wendel Batista Silva

Loc. Nasc. UF: Fronteira - RJ Data: 05/04/76

Filiação: José da Silva Batista e Maria

da Silva Batista

Doc. Nº: 9568 / 14262-1 / 14100-A-9

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em: / / Doc. Ident. Nº

Esp. cm: / / Estado: 12000-0

Obs.: 08 / DE / 1010 SRTE / 12000-0

Data Emissão: 08 / DE / 1010 SRTE / 12000-0

Assinatura do Funcionário: Maria José Rodrigues

06/08/2015 09:11

12

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador.....
.....
CNPJ/MF.....
Rua..... Nº.....
Município..... Est.....
Esp. do estabelecimento.....
Cargo.....
..... CBO nº.....
Data admissão..... de..... de.....
Registro nº..... Fls./Ficha.....
Remuneração especificada.....
.....
Ass. do empregador ou a rogo c/test.
1ª..... 2ª.....
Data saída..... de..... de.....
Ass. do empregador ou a rogo c/test.
1ª..... 2ª.....
Com. Dispensa CD nº.....

13

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador.....
.....
CNPJ/MF.....
Rua..... Nº.....
Município..... Est.....
Esp. do estabelecimento.....
Cargo.....
..... CBO nº.....
Data admissão..... de..... de.....
Registro nº..... Fls./Ficha.....
Remuneração especificada.....
.....
Ass. do empregador ou a rogo c/test.
1ª..... 2ª.....
Data saída..... de..... de.....
Ass. do empregador ou a rogo c/test.
1ª..... 2ª.....
Com. Dispensa CD nº.....

06/08/2015 09:11



OCORRÊNCIA POLICIAL VERSANDO SOBRE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 59/2015

98
dm

Aos **15/07/2015**, nesta cidade de **Cuité**, Estado da Paraíba e na **Delegacia de Polícia Civil**, quando encontrava-se presente o Bel. **DURVAL SANTOS BARROS**, Delegado de Polícia Civil, comigo **FAGNER ROBERTO MOURA FERREIRA**, ao final assinado, ai, por volta das **17:00** horas, compareceu **JOSÉ WENDEL B. SILVA**, conhecido(a) por **"WENDEL"**, nacionalidade **BRASILEIRO** estado civil **SOLTEIRO**, profissão **AGRICULTOR**, grau de instrução **ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO**, com **19 anos de idade**, nascido(a) aos **05/07/1996** em **CUITÉ-PB**, filho(a) **JOSÉ DOS SANTOS SILVA** e de **MARIA DAS DORES BATISTA**, portador(a) de Cédula de Identidade Nº **3.873.703**, expedido pela **SSP/PB**, e C.P.F. de Nº **118.650.174 - 00.**, residindo no seguinte endereço **SÍTIO LAGOA CERCADA S/N, ÁREA RURAL**, cidade de **CUITÉ- PB**, telefone: () , celular: **(83 99947-7503)**, CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTARÁ SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO:

Que no dia 28/08/2013, por volta das 12h50, o noticiante vinha conduzindo sua motocicleta (Honda CB 125, cor vermelha, ano e modelo 1985/1985, placa MNS – 1158 / PB, chassi CG125BR1409495, Renavam 179585918, licenciada em nome de ALUÍZIO PIMENTEL DE ARAÚJO), quando no percurso Sítio Gamelas – Cuité, perdeu o controle na saída do referido sítio, consequentemente caindo da moto. O noticiante ficou consciente durante o tempo em que a sua família acionou a ambulância do Hospital de Nova Floresta, seguindo, após ser recolhido pela viatura ambulatorial, para o Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, onde passou por cirurgia de amputação do dedo indicador esquerdo. A vítima ainda teve várias escoriações pelo corpo.

. Nada mais havendo a tratar, depois de lido e achado conforme, vai por mim e pelo(a) noticiante assinada.

TESTEMUNHAS:

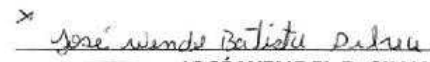
1 – Nome: PAULO CÉSAR LIMA DA COSTA, R.G. n.º 3050076, C.P.F. n.º 031.100.191-24

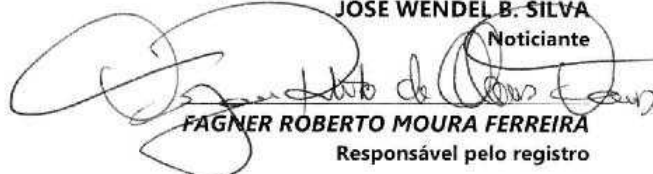
Endereço: Rua José Simão Andrade. s/n, Maria Faustino – Nova Floresta/PB

2 – Nome: Francisco Sabino de Souza, R.G. N.º 5.832.069 – SSP/PB – C.P.F. N.º 618104445-00

Endereço: Sítio Lagoa Cercada, s/n, área rural, Picuí/PB

Cuité/PB, 15 de julho de 2015.


JOSÉ WENDEL B. SILVA
Noticiante


FAGNER ROBERTO MOURA FERREIRA
Responsável pelo registro



AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO
AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE IAN-
TRANSFERIR O REGISTRO DESSE VEÍCULO, PARA:

NOME DO COMPRADOR:

CPF/CCP:

ENDEREÇO:

LOCAL E DATA:

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO VENDEDOR

CEACORR:

ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO VENDEDOR
CONFORME ART. 366 C.F.C.

Eu testemunho da verdade

Em 16/07/2003

Em 16/07/2003

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DETRAN - PE 4712143167

DT 22/10/2003

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

1 179503216 0000000000

NOME/ENDEREÇO

ALBERTO FERNANDEZ DE ARAUJO

PEDERO COSTA ARAUJO

ROSE PINHEIRO

41000000 BARRINA GRANDE - PB

CPF/CCP

22516127447 158/PE

PLACA/MTF

GEORGINO CARLOS DE OLIVEIRA

CHASSI

PE20R - PB 00156R1407475

ESPECIFICAÇÃO

PAS/MOTOCICLO/

MAQUINARIA

HONDA 125

1965/1973

CAR/VEL/CL

20/12/75

CATEGORIA

PARTIC

VERMELHA

DATA DE EMISSÃO

16/07/2003

DATA DE VENCIMENTO

16/07/2004

DATA DE EXPIRAÇÃO

16/07/2004






SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
CNPJ: 08739625000181
NOVA FLORESTA-PB CEP: 58.178-000

25
RM

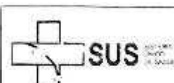
Declaro para os devidos fins, que o Sr. José Wendel B. Silva, residente no sítio Lagoa Cercada, esteve nesta unidade no dia 28/08/2013 para atendimento de primeiro socorros.

O paciente foi transportado na ambulância desta unidade para Campina Grande.

Nova Floresta, 16 de junho de 2015.


ROSÁLIA HENRIQUE DE ALENCAR LIMA
DIRETORA ADMINISTRATIVA





ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

ENTIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO

CÓDIGO DA UNIDADE: 0023671 CNPJ/CNPJ: 08.778.268/0001-60
NOME: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES
END.: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS
MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE ESTADO: PARAÍBA UF: 25
PRONTUÁRIO Nº: 1038233

PACIENTE

NOME: JOSÉ WENDEL BATISTA SILVA SEXO: MASCULINO IDADE: 17,2
PROFISSÃO: ESTUDANTE - (N) DOCUMENTO: 2095672814000061
END.: SÍTIO LAGOA CERCADA BAIRRO: ZONA RURAL
MUNICÍPIO: PICOITÁ ESTADO: PB CEP: 55114-0
DATA ATENDIMENTO: 28/07/2013 15:20h CÓDIGO DO MUNICÍPIO: 251140
RAÇA / COR: DATA NASCIMENTO: 05/11/1996 QUEIXAS: ACIDENTE DE MOTO

ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:

Prognóstico com Trauma
Dor no ombro esquerdo

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE:

TIPOS

RX MM Ombro

RESULTADOS AD/OS 03/11

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS

1. SRS

2.

3.

4.

5.

D AGNÓSTICO / CID:

NATUREZA DA CONSULTA

CONSULTA BÁSICA (PAB):

CONSULTA ESPECIALIZADA:

PROCEDIMENTO

TIPO DE ATENDIMENTO

- ☐ 01 - URGÊNCIA
☐ 02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
☐ 03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
☐ 04 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICO

MEDICAÇÃO

- ☐ 1. PRESCRITA
☐ 2. APLICADA

ENCAMINHAMENTO

- ☐ OBSERVAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA ☐ INTERNA
☐ OUTRO HOSPITAL ☐ ÓBITO ☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO / PROCEDIMENTO

0301010073

CEO

IDADE

225270

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(A/S) ASSISTENTE(S) - CARIMBO(S)

ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

Maria José Rodrigues
ASS. DO REVISOR TÉCNICO (CARIMBO)

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO

REVISADO
OU PELEGAR DIREITO

ASSINATURA



Assinado eletronicamente por: MARIA JOSE RODRIGUES - 07/10/2019 14:14:49

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910071415530000000024261578>

Número do documento: 1910071415530000000024261578

Num. 25078402 - Pág. 25



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

23/10

Ficha de Acolhimento

Nome:	Josi Wemdel Batista Silva		
End.:	Bela Lagoa Anacleto	Bairro:	Picuri
Data de Nascimento:	05/07/1936	Documento de Identificação:	
Queixa:	Acidente	Data do Atend.:	28/08/13
Hora:		Documento:	

Classificação de Risco

Nível de consciência:	<input checked="" type="checkbox"/> Bom () Regular () Baixo	Aspecto:	<input checked="" type="checkbox"/> Calmo () Fácies de dor () Gemente
Frequência respiratória:		Frequência cardíaca:	
Pressão arterial:		Temperatura axilar:	
Dosagem de HGT:		Mucosas:	<input checked="" type="checkbox"/> Normocorada () Pálida
Deambulação:	<input checked="" type="checkbox"/> Livre () Cadeira de rodas () Maca		

Estratificação

- () Vermelho - atendimento imediato
☒ Verde - atendimento até 4 horas

- () Amarelo - atendimento até 1 hora
() Azul - atendimento ambulatorial

Tereza Viana Duarte
Enfermeira

Assinatura eletrônica do profissional





SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA
FERNANDES
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

PACIENTE: JOSÉ WENDEL B. SILVA
DATA DO EXAME: 28.08.2013
RADIOGRAFIA DE MÃO

- Amputação da falange distal e parte da falange média do segundo dedo.
- Fratura na base da falange distal do terceiro dedo.
- Demais ossos de morfologia e textura normais.
- Partes moles sem alterações.
- Relações articulares conservadas.

Dr. Arthur José Ventura
CRM/PB: 6481

Dra. Miriam Albino
CRM/PB 6435

Dra. Marcella Farias
CRM/PB 6550

Dr. Rafael Borges
CRM/PB: 6485

Dr. Ramoniê Miranda
CRM/PB: 8220

Dr. Roberto Maia
CRM/PB: 6101



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 08/09/2015 16 horas 35 minutos

Processo: 0001014-66.2015.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 2700,00

Serie : 08

Autor : JOSE WENDEL BATISTA SILVA

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANA CRISTINA SOARES PENAZZI CO

Comotor: ALCIDES LEITE DE AMORIM



DATA
Assinado eletronicamente por: MARIA JOSE RODRIGUES - 07/10/2019 14:14:49
Data: 29 09 15
Assinado / Representante

Assinado eletronicamente por: MARIA JOSE RODRIGUES - 07/10/2019 14:14:49
Data: 02 10 15
Assinado / Representante





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ
Vara Única

30
um

Processo nº: 00001014-66.2015.815.0271

DESPACHO

R. H.

Vistos etc.

Intime(m)-se a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, instruindo-a com prévio requerimento administrativo junto à seguradora ré, sob pena de indeferimento da inicial¹.

Cumpra-se.

Picuí, 1 de dezembro de 2015.

VLADIMIR JOSÉ NOBRE DE CARVALHO
JUIZ DE DIREITO

DATA

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 15/01/2016

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)

CERTIDA

Certifico que expedido a NOTA DE
FORO Nº 001/16

Picuí, 22/01/16

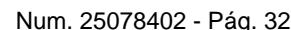
- 1 RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO. Decisão: Trata-se de recurso extraordinário, interposto por Welho Lopes de Oliveira Bezerra, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Recursal Única Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz/MA, assim do (fl. 157): "SÚMULA DO JULGAMENTO. RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DE OFÍCIO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POR UNANIMIDADE. 1. Inexiste uma das condições da ação, pois não há indício de que fora realizado qualquer pedido administrativo. 2. Princípio da inafastabilidade da jurisdição. As garantias constitucionais devem se submeter às normas infraconstitucionais do direito processual, neste caso, a falta de interesse processual. 3. Necessidade do prévio requerimento administrativo, gerando a pretensão resistida e configurando a necessidade de intervenção do Poder Judiciário. 4. Sendo a condição da ação matéria de ordem pública, pode ser examinada ex officio e a qualquer tempo ou grau de jurisdição, inclusive pelas Turmas Recursais. 5. Reconhecimento, de ofício, da falta de interesse de agir e extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, excluindo-se a condenação porventura fixada em sentença. 6. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. 7. Por unanimidade". Opostos embargos de



declaração, foram rejeitados. Nas razões do apelo extremo, sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, alega violação ao artigo 5º, XXXV e XXXVI, da Constituição Federal. O Tribunal a quo admitiu o recurso extraordinário. É o relatório. DECIDO. Não merece prosperar o recurso. Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03/9/2014, nos termos do seguinte trecho do referido julgado: A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. Ex positis, DESPROVEJO o recurso, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Publique-se. Brasília, 4 de fevereiro de 2015. Ministro Luiz Fux Relator Documento assinado digitalmente (STF - RE: 839353 MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLIC 09/02/2015).



01041 Processo: 2007-567-23 2015 815.0001 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTAR: FRANC ALAMO MEDEIRO
DE ARAUJO ADV: ANTONIO CESAR LOPES UGUINO, REU: ENERGIAS PARAIBA DISTRIBUIDOR
DE ENERGIA S/A ADV: PAULO GUSTAVO DE MELLO SILVA SOARES. Despacho: Intime-se as partes p



ANEXADA
a petição
14 03 16
MUNY
Pauzão / 2019



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.


PROCESSO Nº. 0001014-66.2015.815.0271



JOSE WENDEL BATISTA SILVA, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, REQUERER, a juntada do Requerimento Administrativo, pugnando desde já que esse juízo conceda ao autor um prazo de 60 (sessenta dias) para eventual conclusão de tal procedimento administrativo, e/ou, então, agende audiência de conciliação nos termos do Rito Sumário, dando assim o devido prosseguimento desse feito processual.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Picui – PB, 14 de março de 2016.


NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro
Picui - PB
CEP. 58.187.000
E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br
nilotdantas@hotmail.com
(83) 3371 2274 / 9912 5490 / 9104 9190





Seguradora Líder - DPVAT

SEGURO DPV - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

INVALIDEZ PERMANENTE E DAMS **ID**

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA João Wendel Batista Silva
DATA DO ACIDENTE 28.08.2013 CPF DA VÍTIMA 118.650.174-00
PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO
QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR ☒ VÍTIMA ☐ REPRESENTANTE LEGAL, CUJO PARANTESCO COM A VÍTIMA É _____
ENDEREÇO DO PORTADOR Sítio Lagoa Encosta
Nº 511 COMPLEMENTO _____ BAIRRO Zona rural
CIDADE Picuí UF PA CEP 58.184-000
E-MAIL _____ TELEFONE (xx) 9.9921-3843

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☒ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA
☒ BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
☐ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

TANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 6 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- ☐ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS
☐ NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
☐ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

VALORES DE INDENIZAÇÃO

- MORTE = R\$ 13.500,00
- INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.194/74.
- DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO). ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.

- O PRAZO PARA O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS, CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA NA SEGURADORA LÍDER DPVAT
• COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO
• PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSE WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1204

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA 14/03/16
IDENTIDADE 3.873.703 568/15
ASSINATURA João Wendel Batista Silva

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS

DATA 14/03/16 MATR. CORREIOS 8421.1458
NOME Silvia P. M.
ASSINATURA Silvia P. M.



Assinado eletronicamente por: MARIA JOSE RODRIGUES - 07/10/2019 14:14:49

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910071415530000000024261578>

Número do documento: 1910071415530000000024261578

Num. 25078402 - Pág. 35

CONCLUSÃO

Concluiu nesta data ao MM. Juiz -

Doutor

Data 16 03, 16

Escritório / Escrevente





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ

Vara Única

Processo nº 0001014-66.2015.815.0271

DESPACHO

Vistos, etc.

Suspendo o feito pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Notifique-se a seguradora ré para, no prazo de 60 (sessenta) dias, decidir o requerimento formulado administrativamente pelo autor, informando a este juízo acerca da decisão tomada para fins de verificação da existência de interesse processual.

33. Instrua-se a notificação com cópia do documento de folhas

Cumpra-se.

Picuí, 17 de novembro de 2016.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

DATA

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 16/01/2017

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)

CERTIDÃO

Certifico que nesta data, foi decorrido o período de suspensão processual.

Picuí, 09/06/17

Esse documento é válido





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PICUÍ
VARA ÚNICA**

CARTA DE NOTIFICAÇÃO

Picuí, 12 de junho de 2017

Ilustríssimo Senhor

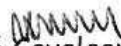
Diretor da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A
Rua Senador Dantas nº 74 14º andar - centro
CEP 20031-205 - Rio de Janeiro - RJ.

Senhor Diretor:

Pelo presente, estou notificando a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A, por intermédio de Vossa Senhoria, para no prazo de sessenta (60) dias, decidir o requerimento formulado administrativamente pelo(a) autor(a) **JOSÉ WENDEL BATISTA SILVA**, portador(a) do CPF nº 118 650 174-00 e RG nº 3.873.703 SSP/PB, informando a este Juízo acerca da decisão tomada para fins de verificação da existência de interesse processual, a fim de instruir os autos da Ação de Cobrança de Indenização de Seguro DPVAT c/c Reparação de Danos nº 0001014-66.2015.815.0271.

Segue em anexo o documento de folhas 33.

Atenciosamente,


Vinícius José Cavalcanti de Lima
Analista Judiciário



UNIVERSAL
a Petição
Data 15/08/14
Escrito / Recebido





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

36
cm

Protocolo: P000574170271

Data : 14/08/2017 Hora : 10:13:02

Tipo : PETICAO (OUTRAS)

Processo : 0001014-66.2015.815.0271

Status : ATIVO

Justiça Gratuita : SIM

Comarca : PICUI

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Classe : PROCEDIMENTO ORDINARIO

Assunto : SEGURO

Parte(s) Peticionante(s):

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DPVAT S/A

Localizador: AR AGUARDA DEVOLUÇÃO



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



Rio de Janeiro, 18 de julho de 2017
DPVAT/JUR – 2514/2017

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI/PB
Rua Francisco Josias de Lima, s/n - Centro
58187-000 - Picuí - PB

Assunto: Processo nº 0001014-66.2015.8.15.0271

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031205, vem, em atenção ao ofício em epígrafe, informar que **não** consta de seus registros, até a presente data, pedido de indenização do Seguro DPVAT em nome de **JOSÉ WENDEL BATISTA SILVA**, CPF/MF nº 118.650.174-00 pela via administrativa.

Ressalta-se que os pedidos de indenização do Seguro DPVAT são realizados nos Postos de Atendimento autorizados elencados no site www.seguradoralider.com.br, não sendo necessária a intervenção de terceiros para a apresentação do requerimento.

Por fim, seguem, em anexo, folhetos informativos com os esclarecimentos acerca dos pedidos de indenização do Seguro DPVAT.

Manifestando votos de estima e consideração, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Ana Carolina Guimarães
Coordenador Jurídico

P-200/004135/2017/001
AMEC

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder-DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



JUNTADA
ANTES DE SER COPIADA 049
Data 18/08/14
Assinado eletronicamente





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Protocolo: D003647170271

Data : 05/07/2017 Hora : 12:53:03

Tipo : AVISO DE RECEBIMENTO

Processo : 0001014-66.2015.815.0271

Status : ATIVO

Justiça Gratuita : SIM

Comarca : PICUI

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Classe : PROCEDIMENTO ORDINARIO

Assunto : SEGURO

Parte(s) Peticionante(s)

TERCEIROS

Localizador: AR AGUARDA DEVOLUÇÃO

45
33
mm

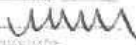


Correios		SIGEP	AVISO DE RECEBIMENTO	CONTRATO 9012263084
DESTINATÁRIO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A Rua Senador Dantas, 74 5 ANDAR Centro 20091205 Rio de Janeiro-RJ		TENTATIVAS DE ENTREGA: 1ª _____ 2ª _____ 3ª _____		27 JUN 2017 08:55:54
AR360063779CA 		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO: <input checked="" type="checkbox"/> 1. Não entregue <input type="checkbox"/> 2. Retirada em mãos <input type="checkbox"/> 3. Não existe o endereço <input type="checkbox"/> 4. Desatualização <input type="checkbox"/> 5. Pendente		
REMETENTE: Fórum Juiz Manuel Pereira do Nascimento ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO: Rua São Sebastião, s/n Centro 58187000 Piau-PI		27 JUN 2017 08:55:54		
ASSINATURA DO RECEBEDOR: _____ ASSINATURA DO REMETENTE: _____ ASSINATURA DO RECEPTOR: _____				



JUNTADA
a Petição Exarç
15/08
Mun. 14



CONCLUSÃO
Conclusão: não há culpa M.M. José
Data: 16 08 17
Assinado: 
Assinado / Assinatura

40
mm





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI

Vara Única

Processo nº 0001014-66.2015.815.0271

DESPACHO

Vistos, etc.

Tendo em vista a informação de fls. 37, bem como que o documento de fls. 33 apenas comprova a postagem do requerimento, **intime-se pessoalmente a parte autora** para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o número do processo administrativo, juntando-se aos autos prova de sua existência, sob pena de indeferimento da petição inicial por falta de interesse processual.

Picuí, 31 de julho de 2018.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

DATA

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, ____/____/____.

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI

VARA ÚNICA DE PICUI
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0001014-66.2015.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE WENDEL BATISTA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0001014-66.2015.8.15.0271** para o **PJe (Processo Judicial Eletrônico)** e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 10 de junho de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário